
NOTAS E COMENTÁRIOS

Persp. Teol. 22 (1990) 89-101

DIVISÕES NA IGREJA? Elementos de Teologia irenista

Francisco A. C. Catão

Ha trinta anos que a Igreja Católica Romana está passando por uma série de transformações, consideradas em geral positivas e alvissareiras, mas que não deixam de causar tensões e perturbações, nem sempre igualmente saudáveis. Quebrou-se a uniformidade, abriram-se as fronteiras, permitindo a intercomunicação com outras igrejas e denominações cristãs, sugeriram novas tendências e orientações pastorais contrastantes, criando assim condições objetivas para o desenvolvimento deletério de fermentos de divisão, que freqüentemente ameaçam a unidade e a paz dos grupos religiosos. Ultimamente, algumas dessas ameaças subterrâneas vieram à tona, caracterizando um momento de desentendimento e de crise. Como cristãos, responsáveis todos pela unidade da Igreja, não podemos dissimular a crise, encará-la como simples indisciplina, como divergência naturais de opinião ou de opção política ou ainda como abalos normais, constantes na história da Igreja, que já passou, aliás, por muito piores.

A unidade da Igreja é um bem precioso demais para ser tratado superficialmente: tornou-se indispensável uma reflexão sobre suas fontes e condições no mundo pluralista e na sociedade democrática em que vivemos. É o que chamamos de teologia irenista, teologia do convívio entre grupos e tendências diferentes, na unidade e na paz. Depois de indicar a patologia dos fermentos de divisão nos grupos religiosos(1), consideraremos as fontes teológicas da unidade e da paz(2), bem assim como suas condições indispensáveis no mundo de hoje(3).

1. Os fermentos de divisão nos grupos religiosos

A religião praticamente se caracteriza por uma contradição que constitui uma constante na história dos grupos religiosos: nada une os homens com tanta força e com tanto vigor, do que uma mesma fé, uma mesma religião, levando-os, com freqüência, às raias do fanatismo, mas também nada separa os homens tão profundamente e tão radical-

mente, como uma fé ou uma religião diferentes, estabelecendo entre eles verdadeiros muros de distanciamento e de estranhamento, quando não chega a fomentar desprezo, hostilidade, condenações recíprocas. Mesmo hoje em dia, apesar de vivermos numa sociedade unificada pelos meios de comunicação social de massa, pelo trabalho generalizado, pela economia mundial e pela cultura secularizada, a religião continua unindo os homens em grupelhos fanatizados e excludentes e separando-os em tendências e posições que se hostilizam e se entrecondenam.

Séria fácil demais atribuir ao diabo essa contradição. Ele é o pai da divisão e da revolta. Foi ele que semeou a cizânia durante a noite, e que hoje é preciso deixar crescer juntamente com o trigo, de que só poderá ser separada no momento da colheita, no juízo final, no fim da história. Sem desconhecer a verdade dessa explicação clássica, convém determo-nos analiticamente nos fermentos específicos que, atuando no interior dos grupos religiosos, são diretamente responsáveis tanto pelo fanatismo como pelas divisões. Esses fermentos podem-se classificar em duas grandes categorias: o espírito de partido e o espírito de exclusão do diferente.

1.1 O espírito de partido

A fé é uma atitude aberta, de acolhimento e de aceitação da Palavra de Deus como guia supremo e luz de nossa vida, da vida de todos os homens e mulheres cuja existência compartilhamos. De tão ampla, a fé é vertiginosa, ela não nos oferece nenhuma segurança fácil. Pela fé o homem está entregue nas mãos de Deus, ela critica todas as motivações a que procuramos nos agarrar, e põe em questão as razões mais ou menos nobres e mesquinhas com que procuramos dar um sentido mais palpável e concreto às nossas próprias vidas. Por isso é muito difícil o homem viver da fé. Não são muitos os Abraão da vida!

De fato, a universalidade inefável da fé, contrasta com a necessária particularidade de suas expressões: o fiel é sempre um homem determinado, situado historicamente, inserido numa cultura, herdeiro de um determinado instrumental conceitual e se exprimindo numa linguagem. A expressão da fé comporta sempre uma visão e uma concepção particulares do Mistério. Esse particularismo pode constituir uma ameaça à unidade da fé, quando se deixa de considerar a relatividade das expressões da fé, tomando-as por dados absolutos, porque constituídos de palavras ou atitudes consignadas na Bíblia ou adotadas pelos concílios. É comum que essas palavras sejam tomadas em sua materialidade, à maneira dos fundamentalistas, ou que se dê pouco valor à regra de ouro segundo a qual, quando se fala de Deus e das coisas divinas, é muito mais verdade o que se nega, do que aquilo que se afirma. É

certo, por exemplo, que a autoridade herdada de Pedro, na Igreja, jamais ensinará o erro, mas não temos nenhuma garantia de que seus ensinamentos sejam sempre os mais lúcidos e os mais oportunos!

Além disso, cada um de nós, na particularidade de sua situação sócio-psíquico-cultural somos levados, no tesouro da fé, a escolher um valor, um aspecto, uma posição, uma espiritualidade ou uma devoção para dar sentido à nossa vida, em torno do qual procuramos reordenar todos os demais elementos de nossas existências. Trata-se de um procedimento legítimo: é a escolha de um caminho, de uma via de acesso, para chegarmos à plenitude da fé. Mas é preciso ter sempre consciência da relatividade dos caminhos: são meios e não fins. Quando o caminho adquire o peso do fim, se torna, para quem o escolheu, um valor absoluto e a escolha passa a ser daninha.

Tanto no caso da expressão particular, que toma o lugar da fé, como do caminho escolhido que se torna fim, configura-se uma atitude germinal de "heresia", isto é, de escolha absoluta de um aspecto da fé, com negligência dos demais, gerando fanatismo e separação dos outros que não fizeram tal escolha ou exprimem sua fé em outra cultura e linguagem. Caracteriza-se assim o espírito de partido.

Como na comunidade de Corinto, formam-se as facções: eu sou Pedro, eu de Apolo, eu de Paulo, e a unidade da comunidade fica comprometida. A absolutização das expressões e das escolhas legítimas corrompe a grandeza da fé e a converte em crença mais ou menos lúcida e apaixonada, que justifica as maiores arbitrariedades, sufoca o Espírito e diminui o homem, tornando-o, em graus diversos e muitas vezes até sem muita consciência, um sectário, defensor de uma tradição ou militante por uma idéia, aparentemente construtiva, renovadora ou reacionária, mas que é, de fato uma punhalada na unidade da Igreja.

Não é preciso recorrer aqui ao exemplo das "seitas" ou "novas expressões religiosas", como as denominamos hoje ecumenicamente. O espírito de partido se verifica mesmo em função de objetivos mais amplos e degrada a fé de pessoas e de grupos, dentre os menos suspeitos. Vejamos alguns exemplos: a quantos partidos não deu origem o chamado livre exame, a opção pela Bíblia e unicamente por ela como fonte da doutrina cristã e base para a reforma da Igreja? Não teria se formado também um partido da obediência irrestrita ao Papa, como critério derradeiro da fé? "Bíblias" e papistas não se podem certamente eximir de responsabilidade nas divisões da Igreja nos tempos modernos. Até que ponto esses fermentos, assumindo formas e deformações mil, não continuam presentes, envenando até a unidade?

Mais perto de nós, precisamos tomar consciência do espírito de partido, na raiz de nossas tensões e de nossas crises. Nada mais sau-

dável do que a renovação pastoral da Igreja latino-americana, com Medellín e Puebla e sua opção preferencial pelos pobres. Mas como é arriscado de se tornar um partido? Se a abraçamos de maneira a formar um grupo com os que a apoiam e com ela simpatizam, excluindo os menos entusiastas e os críticos sob alegação de que resistem ao Espírito e aos sinais dos tempos, estaremos cedendo ao espírito de partido!

Partido contra partido, agrupam-se também os partidários da velha disciplina eclesiástica, que vêem com desconfiança uma renovação que tem como consequência profundas transformações sociais e políticas e uma nova relação de poder entre a Igreja e a sociedade. Absolutizam então a importância da autoridade, manipulam as engrenagens da administração eclesiástica centralizada, cujo poder procuram preservar a todo custo, como o dom específico de Cristo à sua Igreja, sem se dar conta de que, mais importante do que a autoridade é a caridade, e de que os bispos, por exemplo, muito mais do que altos funcionários de uma administração internacional, são cabeças de comunidades, umas em comunhão com as outras, em torno da Igreja presidida pelo sucessor de Pedro, chamado mais para servir do que para imperar.

No interior dessas duas tendências, o teólogo e o sociólogo da religião identificaram inúmeros grupos e partidos de alcance menor, mas não menos perturbadores da paz e da unidade. Sem porém entrar no mérito de todas essas opções, tendências e devoções, é preciso tomar consciência de que qualquer que seja a expressão da fé, o valor ou a posição escolhidos como caminho, é indispensável se acampanhe de uma percepção muito viva de seus próprios limites e relatividade, para não cair no espírito de partido e acabar contrariando a proposta de Jesus e a inspiração do Espírito, que são de unidade e de paz.

1.2. O espírito de exclusão do diferente

Os grupos religiosos que tendem naturalmente a reforçar sua coesão interna pela acentuação de seus particularismos, acabam alimentando um espírito de exclusão do diferente, que os leva a viverem cada vez mais à parte, quando não os impulsiona à hostilidade surda ou até mesmo franca e declarada, contra aqueles que não pensam e não agem segundo os mesmos critérios.

O espírito de exclusão do diferente é diretamente contrário à caridade. A teologia clássica o chama de "cisma", que quer dizer divisão, entendendo que a atitude cismática antes de se formalizar jurídica e canonicamente com a formação de um grupo à parte dentro da Igreja, é um pecado, um fermento de divisão, que se vai nutrindo aos poucos a partir de uma desconsideração do outro e de um desejo de ver preva-

lecer as próprias idéias e as próprias posições. Parece lógico: se estou certo, fiz a opção pastoral mais lúcida, mais coerente e mais oportuna, preciso lutar para impô-la e impedir que prevaleçam as opiniões contrárias.

Da mesma forma que o espírito de partido decai da transcendência da fé, o espírito de exclusão do diferente contraria a universalidade da caridade, a universalidade do amor, que é a garantia da autenticidade da caridade: se amo apenas os que me são simpáticos e pensam como eu, meu amor não difere em nada da afeição entre semelhantes. A caridade é o amor do próximo, qualquer que seja ele, o quer quer que pense ou faça. Ela se comprova no amor do outro como outro, do diferente, do inimigo!

Os cristãos como homens na história, de diferentes proveniências culturais e diversos temperamentos, não podemos todos pensar e agir da mesma forma. Num certo sentido pode não haver nada de comum entre nós e estarmos tão distantes uns dos outros como homens e mulheres ou grupos humanos que se ignoram por não terem nenhum contacto entre si. Mas a regra de ouro da caridade exige o reconhecimento do valor do outro, sua estima e a disposição de servi-lo, quando tiver necessidade, como fez o samaritano ao desconhecido que os ladrões haviam assaltado.

A comunidade cristã não é um grupo religioso baseado na semelhança da maneira de pensar e de agir, mas uma reunião de homens e mulheres diferentes, unidos pela confissão da mesma fé, apesar da grande diversidade de suas expressões, vivendo a universalidade do amor que tudo compreende, interpreta favoravelmente, aceita e admira, na esperança da reunião de toda a humanidade, fiel a si mesma, com todas as suas indiosincrasias e particularismos, na unidade de uma só comunhão, que é Deus, Pai, Filho e Espírito Santo, na escatologia.

Como vemos, a denúncia do espírito de exclusão do diferente vai muito longe e põe talvez em questão certos princípios pastorais que aceitávamos até agora com tranquilidade, orientados que estávamos para construir humanamente a Igreja a partir da instrução religiosa, de determinada liturgia e de certos critérios morais, que veiculam necessariamente um determinado modo de pensar, de viver e de agir, que fazem parte de uma cultura historicamente situada. A nossa própria evangelização com freqüência é muito mais uma iniciação a determinada cultura cristã, do que a manifestação da salvação de Deus presente no pensamento, no modo de ser e de agir, na cultura do evangelizando. Até certo ponto é natural que seja assim, está de acordo com a lógica da encarnação, mas não é admissível que não tenhamos consciência desse

limite a ser denunciado e superado, à luz da universalidade da salvação e do amor.

Jesus Cristo também foi um homem de seu tempo, inserido num povo, numa época, numa cultura e num modo particular de ver e de sentir, mas todo seu esforço não consistiu por ventura em pregar a boa nova universal da salvação e a dar sentido à vida de todos os homens, de todas as culturas, épocas e civilizações? Mas já estamos aqui chegando às fontes originárias da teologia irenista.

2. Teologia da unidade e da paz

Unidade e paz são valores que pertencem à ordem teológica propriamente dita, isto significa, na linguagem da teologia clássica, valores que dizem respeito diretamente à comunicação de Deus com os homens. Há valores que são humanos, como a justiça, por exemplo, a coragem ou a objetividade de uma vida que não se deixa desorientar pelas paixões. O fato de os homens sermos todos chamados à comunhão com Deus, transfigura esses valores, que não deixam porém de ser propriamente humanos. Mas com a fé, a esperança e a caridade é diferente, só se entendem como atitudes diretamente relacionadas com a comunhão com Deus: acolhimento irrestrito de sua Palavra, confiança absoluta de que Deus nos quer, em comunhão com Ele, para a eternidade, e participação efetiva na vida do Pai, do Filho e do Espírito Santo, que é amor. Ora, unidade e paz são expressão da fé, da esperança e do amor, são a figura histórica, bruxoleante mas real, da comunhão dos homens com Deus e em Deus.

Seria, por conseguinte, inadequado fazer a teologia da unidade e da paz a partir de concepções e experiências humanas. Nada sabemos da comunhão com Deus a não ser aquilo que transparece da própria Palavra de Deus. Ora, essa Palavra é Jesus Cristo. Somente a partir de Jesus Cristo podemos tentar exprimir alguma coisa daquilo que é a vivência da comunhão com Deus. É Jesus, por seu exemplo e por suas palavras, que nos põe no caminho certo da unidade e da paz.

O legado de Jesus, porém, não nos foi propriamente entregue. Como poderíamos humanamente pretender conservá-lo vivo e significativo através dos séculos, já que nos ultrapassa totalmente e de pouca valia é a nossa experiência humana, para sustentá-lo e alimentá-lo? Por isso Jesus enviou-nos o seu Espírito, o Paracleto, que vem em socorro de nossa inadequação e fazendo-nos agir íntima e socialmente como filhos de Deus, torna-se a fonte e o responsável imediato pela unidade e pela paz.

Dizemos, por isso, que a teologia irenista tem duas fontes: uma, primordial, originária, Jesus Cristo, a Palavra de Deus feita homem; outra imediata, sempre borbulhante no seio da humanidade, o Espírito de Deus, que se comunica ao nosso espírito, e frutifica em amor, que se exprime nas formas da unidade e da paz.

2.1 Jesus Cristo, fonte primordial da unidade e da paz

Jesus Cristo é, de fato, o parâmetro de todo homem religioso e, por conseguinte, a norma fundamental de todo grupo religioso. Nossa religião é polarizada pelo exemplo e pelas palavras de Jesus, é uma imitação de Cristo, como gostava de lembrar o apóstolo Paulo.

Ora, o primeiro traço da religião de Jesus é sua vida, girando toda em torno do essencial, suspensa no Pai. Essa é de fato a característica da vida de Jesus, o centro de suas preocupações mais íntimas e de todos os seus discursos: o Pai, cuja vontade ele vem realizar, que ele procura agradar sempre e em todas as coisas, a quem ele obedece até o fim, acolhendo a morte, no despojamento total e na humildade, mas que o exalta também e lhe coloca o nome acima de todo o nome, para que seja reconhecido como expressão suprema, manifestação, boa-nova, da vocação a que somos todos chamados.

Centrada no Pai, a religião de Jesus, podemos dizê-lo a nosso modo, vive na amplitude da fé, não tendo outro apoio senão o próprio Deus, na manifestação surpreendente de sua vontade. Jesus não vive em função de nenhuma idéia, de nenhuma doutrina, de nenhuma lei. Faz questão absoluta de não se deixar confundir com nenhum grupo religioso, estabelecendo claramente que o Pai quer ser adorado e amado em todos os santuários, em todos os montes, em todas as circunstâncias, por todos os homens. O importante é que o seja de fato, amado acima de todas as coisas, com todo o nosso coração e a nossa alma, e adorado em espírito e em verdade.

Jesus se recusa a fazer até mesmo um programa de vida. Seu objetivo é único e total: cumprir até o fim a vontade do Pai. Num certo sentido, muito profundo, não faz nenhuma opção, a não ser aquela de aceitação plena e total da vontade do Pai, o que o leva, de fato, a uma vida de pobreza, de humildade e de total despojamento, na virgindade e na dedicação ao próximo. Tributários de uma cultura humanista, que valoriza a opção individual ou comunitária pela conquista de um espaço nesse mundo, quer pela via da dominação, quer pela via da libertação, que faz a opção pelos pobres e pelos deserdados, temos dificuldade em nos ajustar interiormente à opção de Jesus pela aceitação plena da vontade do Pai. Mas é a mesma dificuldade que nos impossibilita

praticamente de viver na amplitude da fé e que requer de nós a escolha de um caminho, de uma expressão particularizada, para vivermos a totalidade da aceitação, com a consciência do limite e da relatividade da forma sob a qual a vivemos!

Encarnada, a Palavra de Deus tomou também uma forma particular, propondo-nos entretanto o caminho indispensável para recuperarmos, por assim dizer, a totalidade: a universalidade do amor. Já que ao homem não é possível viver na amplitude da fé, numa aceitação que supere e relativize de fatos todos os particularismos, resta-nos aceitá-los todos e englobá-los na universalidade do amor. Jesus nos propõe, como forma da aceitação plena da vontade do Pai, a "proximidade" do diferente, seu acolhimento e seu serviço como caminho do Reino e antecipação da escatologia.

Nada mais contrário a Jesus do que o particularismo excludente, o puritanismo ritualista ou o espírito de divisão: ele veio para aproximar e reunir os homens separados e dispersos, para que todos se tornem "um", como ele e o Pai são um. Daí a valorização extrema do perdão e da reconciliação, que chega a escandalizar, e contrapõe Jesus a toda espécie de zelo religioso, inclusive dos próprios discípulos, quando querem usar da autoridade contra os que lhes resistem à pregação. A grande exigência de Jesus para com aqueles que lhe continuariam o testemunho através da história, até o fim dos tempos, é de que não exerçam a autoridade que dele receberam, à maneira humana, mas se façam, pelo perdão irrestrito e pela caridade, servidores de todos os homens, focos de unidade e de paz, integradores das diferenças na universalidade do amor, onde somente a comunidade cristã encontra sua própria identidade religiosa, como Igreja. Não seria esta a revelação de João, quando coloca Jesus como servidor lavando os pés dos apóstolos para lhes dar o exemplo, no momento de sua ordenação, e conclui a ceia com a longa prece sacerdotal, pela unidade e pela paz?

Mas Jesus não podia exigir nada, neste sentido, dos apóstolos, se não lhes promettesse o Espírito Santo. Por isso João concentra também nesse mesmo momento a promessa do Paracleto, que é a fonte imediata da unidade e da paz.

2.2 O Espírito Santo, fonte imediata da unidade e da paz

A religião cristã é caracterizada pelo Espírito: Jesus envia o Paracleto e a comunidade cristã começa a se formar a partir de Pentecostes. Nos Atos, Lucas nos mostra que toda a ação dos Apóstolos é fruto do Espírito, na sua dupla função de manifestar a Jesus, como realizador das promessas do Pai de salvação oferecida a todos os homens, e de re-

novar homens e mulheres, que passam a viver, na unidade e na paz, formando a comunidade cristã, com um só coração e uma só alma.

O que caracteriza as comunidades cristãs não é uma lei, uma cultura, um modo de ver e de sentir, uma interpretação, uma língua, mas o espírito que nelas reina, ao mesmo tempo uno e diversificado, unindo-os na confissão de Jesus, que morreu e ressuscitou para salvar todos os homens e comportando as mais variadas manifestações do dom de Deus, enfeixadas na caridade.

Os cristãos conservamos sempre intacta, através dos séculos, a convicção de que o Espírito é o princípio da unidade da Igreja, de todas as graças e de todos os dons que presidem à vida da comunidade e ao exercício do ministério dentro da Igreja. Contudo se foi também delinendo aos poucos uma tendência a desvincular a ação do Espírito, mantido como princípio transcendente unificador da comunidade e garantia da instituição, das mediações sócio-culturais consideradas cada vez mais como instrumento indispensável da coesão histórica da Igreja e de sua fidelidade ao divino fundador. Desenvolveu-se assim uma eclesiologia da instituição e do poder eclesiásticos, que praticamente coloca nas mãos dos sucessores dos apóstolos, e em particular do sucessor de Pedro, alçado à posição de vigário de Jesus Cristo na terra, ou até mesmo de representante de Deus, a responsabilidade pela unidade da Igreja.

Confessar, em continuidade com o Novo Testamento, que o Espírito é a fonte imediata da unidade e da paz, implica a confissão também de que o princípio formal imediato, o foco da unidade e da paz, não são as mediações institucionais, por mais sagradas que as consideremos ou melhor fundadas no direito divino positivo, que está na base da instituição eclesiástica, mas o Espírito derramado em nossos corações, que nos faz filhos de Deus, e que gera nos homens e mulheres, cujo coração diz sim à graça do Senhor, esse "espírito" de alegria, de fraternidade e de amor, de justiça, de respeito e de acolhimento do outro, na sua própria alteridade, e que é, de fato, a fonte imediata da unidade e da paz. A comunidade cristã se caracteriza por esse "espírito" que, entretido em nossos corações abertos e acolhedores, torna real e histórica a obra do Espírito. O fundamento da unidade não é a instituição, a lei ou o direito, mas o "espírito", fruto do Espírito, de que a comunidade, na sua vida histórica, dentro de uma determinada cultura e tradição, com o seu credo, sua liturgia e suas instituições é como que o sinal e o sacramento.

O Espírito, pois, cuja manifestação direta e imediata é "espírito" de amor, é especificamente contrariado pelo espírito de exclusão do diferente, que está na raiz do pecado de cisma, de divisão. Não aceitar o

outro na sua alteridade, condenando-o, excluindo-o da comunhão, sob alegação de que pensa diferente, não se submete ao poder, não pertence ao mesmo grupo, à mesma patota, é, sob formas e com gravidade muito diversas, colocar obstáculos à ação do Espírito, na realização histórica do desígnio do Pai e da obra de Jesus. Podemos até admitir que na maioria das vezes os fautores de medidas autoritárias ou de exclusões intempestivas são movidos pelo zelo religioso e atuam com as melhores das intenções no cumprimento do que pensam ser deveres pastorais ou exigências de uma militância corajosa e esclarecida. Não se trata aqui de emitir um juízo sobre as pessoas, mas simplesmente de contestar teologicamente que não é por caminhos deste tipo que se serve à unidade e à paz queridas pelo Senhor.

Assim como elimina o fermento de divisão, que o contraria diretamente, o Espírito, através do "espírito", leva a discernir o essencial e a relativizar todas as expressões particulares da fé e da religião, eliminando pela raiz o espírito de partido. O que conta, em última análise, como bem o sabe o "espírito", é a caridade, a única que permanece. Tudo o mais tem importância mais ou menos relativa. A religião cristã tem seu centro na caridade, que não é um enfeite, um elemento perfeito acidental, mas a exigência básica, o mandamento por excelência: "Amarás o Senhor teu Deus de todo o coração e a teu próximo como a ti mesmo." As expressões da fé, a linguagem, a cultura, a liturgia e as instituições eclesásticas estão sempre encarnadas em formas relativas, profundamente marcadas pela história, na expressão de Paulo, formas que "passarão" com o tempo. Só a caridade permanece. Por isso, tudo na religião cristã, absolutamente tudo, até a própria autoridade do Papa e a eucaristia, tudo está a serviço da caridade, que é o "espírito", derramado em nossos corações pelo Espírito. Só a caridade tem olhos para discernir o essencial e ouvir o que diz o Espírito à Igreja: como diz a teologia clássica, ao vincular à caridade o exercício dos dons de inteligência, ciência e, sobretudo, sabedoria.

3. As condições da unidade no mundo de hoje

Admitidos esses fundamentos, que nos parecem incontestáveis do ponto de vista cristão, o problema que se coloca para a teologia irenista é de saber como superar as divisões da Igreja e afastar, quando possível, a ameaça de novas cisões. Em outros termos, é o problema de saber em que condições e por que caminhos somos chamados a servir a unidade no mundo tal como ele é, nos dias de hoje: Em que tecla deve insistir a evangelização? Qual a ênfase a ser dada à pastoral? Como podemos, os cristãos, estarmos à altura de nossa missão no mundo?

Trata-se de fazer uma opção, que será tanto mais válida quanto mais profundamente exprimir a vontade do Pai, a proposta de Jesus e o que diz o Espírito à Igreja hoje, a que devemos manter atentos e flexíveis os nossos corações.

Ora, o "espírito" cristão tem como principal característica a liberdade: não é o espírito de submissão a uma lei, a uma idéia ou interpretação, à maneira de pensar e de agir de um grupo religioso qualquer, mas um espírito de liberdade, que se manifesta no amor do outro como outro, reconciliando todos os homens na paz, que é o prenúncio do Reino. Na medida em que a liberdade aparece como um valor para homens de hoje, podemos optar pela liberdade como o grande caminho, a condição fundamental da unidade e da paz.

3.1 A liberdade como valor cristão

Jesus Cristo foi e será sempre o paladino da liberdade. Respeitou a lei e as tradições religiosas, sem perder porém a ocasião de lhes demonstrar a relatividade. Não hesitou em transgredi-las em função do bem maior da caridade, pois o sábado foi feito para o homem, e não o homem para o sábado!

Em relação aos grupos religiosos a que estava certamente ligado, bem assim como seus discípulos, Jesus deu também, com toda a firmeza, o testemunho de sua liberdade. Submeteu-se ao batismo de João, mas nem por isso se tornou dependente de seu movimento nem de nenhuma outra tradição. Pelo contrário, pregava na prática a adoração a Deus em espírito e em verdade, independentemente de qual fosse o lugar ou o santuário, e agia com a preocupação única de agradar ao Pai, dando provas de suprema liberdade.

Tal era seu senso de liberdade, que também não quis fundar uma religião em que o poder dos apóstolos e de seus sucessores prevalecesse, como poder de senhores e de dominadores, mas os quis como servidores uns dos outros, pois na organização da comunidade, mais importante do que a autoridade dos apóstolos é a liberdade dos fiéis. Jesus tinha consciência da importância desse aspecto, como que prevendo a inércia da história e a inculturação do Evangelho num mundo religioso de poder e de dominação sagrados. Por isso Jesus fez questão de "ordenar" seus apóstolos lavando-lhes os pés como humilde servidor e prescrevendo que assim o fizessem quando agissem no exercício do poder que lhes era então conferido.

O segredo da liberdade de Jesus era o Espírito, no qual sempre agia: discernia com inteligência e sabedoria o que o Pai dele queria e se deixava conduzir pela luz e pela força interiores, que lhe permitiam

conhecer a vontade do Pai e perseguiu-a por si mesma, superando toda indicação legal, ritual ou tradicional.

O Espírito era de fato, em Jesus, a fonte de sua liberdade, como o é também nos cristãos.

O Espírito de Deus desceu sobre os apóstolos em Pentecostes e se derramou sobre todos aqueles que reconheciam em Jesus Cristo o salvador. Esse mesmo Espírito nos faz chamar a Deus de Pai e nos dá acesso, como filhos, à liberdade do Filho. É um Espírito de liberdade, pois nos liberta da escravidão da lei e do pecado e nos faz viver como filhos de Deus, na liberdade. O Espírito é liberdade, na vigorosa expressão de Paulo.

O cristão começa como toda criança, pelo aprendizado da lei e das tradições que nos iniciam na prática religiosa, à luz do Evangelho. Mas é preciso, desde o início, cultivar também a consciência da relatividade e da função pedagógica de tudo que constitui a trama da religião: suas instruções, seus preceitos, suas práticas e seus ritos. Tudo isto, como o sábado, existe em função do homem, em vista de nos tornarmos plenamente adultos, homens e mulheres liberados, livres.

Foi para sermos livres que o Cristo nos libertou, sermos livres como ele, na medida em que buscamos em tudo agradar ao Pai, procurando o que é justo e bom, alimentando no coração a luz e a força necessária, para viver do amor e no amor, acima de tudo, em todas as circunstâncias da vida, o que só é possível no Espírito. O perfil do cristão é o do homem e da mulher cada vez mais perfeitamente liberados, de tudo e de todos, guiados pelo senso de que em última análise, o que conta é a caridade, pela qual seremos julgados. Por isso, acima de tudo, a liberdade é a condição da reconciliação de todos os homens e mulheres na unidade e na paz, no Espírito de Jesus: a liberdade é o preço da unidade!

3.2 Liberdade e unidade no mundo de hoje

Essa imagem do cristão, homem e mulher liberados, livres, tem uma grande significação para o mundo de hoje.

A humanidade está cansada das idéias e das teorias que faliram todas, na solução dos grandes problemas humanos, provocando guerras e divisões, agrediram impiedosamente a natureza, a ponto de constituírem hoje verdadeira ameaça à subsistência do planeta. O homem moderno não confia mais em nada. Não são os deuses, as religiões, as filosofias, as ciências, os sistemas políticos ou os regimes econômicos, muito menos os grandes chefes ou os ditadores que resolverão nossos proble-

mas, superarão as dificuldades em que nos encontramos ou nos trarão a paz, que é fruto da justiça e do amor.

O homem não tem mais em quem ou em que confiar, a não ser no próprio homem, pois se nem no homem confia, perde de fato toda esperança: volta a se escravizar às idéias, sistemas e ditaduras, recaindo no ciclo inexorável da utopia e da opressão.

Que quer porém dizer confiar no homem? Confiar no homem é prezar, antes de tudo a liberdade, é confiar que o homem, podendo agir como homem, acabará querendo o bem, por ser dotado de uma capacidade inifinita de lutar por ele. A sociedade, o mundo será melhor, na medida em que os homens forem livres de construí-los a seu modo.

Partindo do exemplo de Jesus e confiantes na ação do Espírito, derramado no coração de todos aqueles que procuram acertar, lutam pela justiça e buscam a paz, os cristãos também não temos hoje outro caminho a trilhar para alcançar a unidade e a paz, senão o caminho da liberdade. Procurar a unidade através da disciplina autoritária ou do zelo militante, é uma forma cínica de ceder à impostura e de trair o Evangelho. Só a liberdade pode hoje, com autenticidade, apontar na direção da unidade!

(Concluído na festa de Todos os Santos, 1989)

Francisco Catão é doutor em Teologia ("Docteur d'État") pela Universidade de Strasbourg (França) com uma tese sobre a redenção, *Salut et Rédemption* (Aubier, 1965). De 1955 a 1967 lecionou Teologia Sistemática na Escola Dominicana de Teologia, em São Paulo. Durante seu exílio na Europa trabalhou em projetos industriais para países do Terceiro Mundo, África e América Latina. Ultimamente orientou um curso de Teologia e Economia na Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção. Assessorou teologicamente diversas atividades pastorais da antiga região episcopal de Campo Limpo, na Grande São Paulo. Atualmente trabalha como consultor de empresas.

Endereço: Rua Barão de Melgaço, 106/64 - 05684 São Paulo - SP